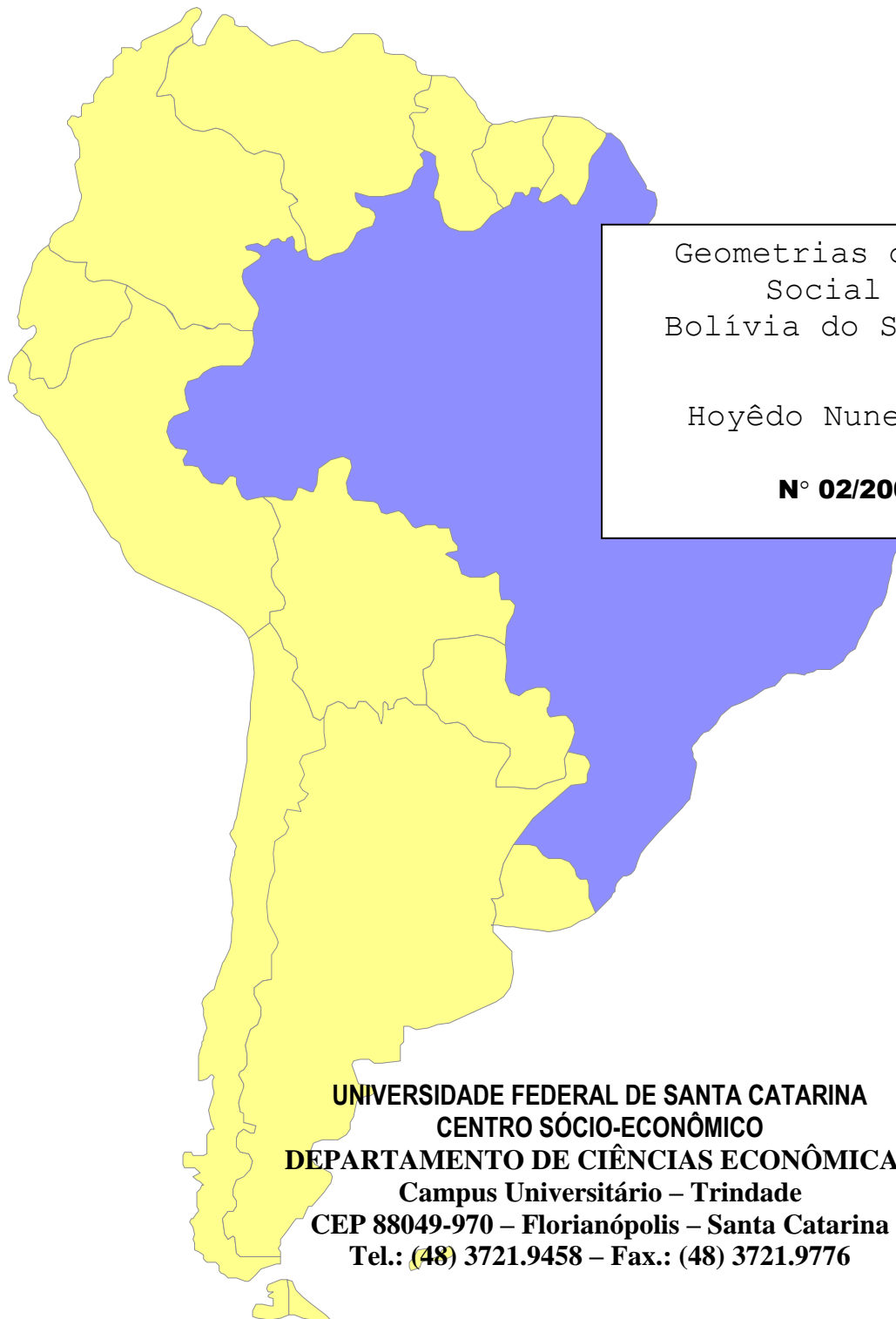


TEXTO PARA DISCUSSÃO



Geometrias do Embate
Social na
Bolívia do Século XXI

Hoyêdo Nunes Lins

Nº 02/2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Campus Universitário – Trindade
CEP 88049-970 – Florianópolis – Santa Catarina
Tel.: (48) 3721.9458 – Fax.: (48) 3721.9776**

GEOMETRIAS DO EMBATE SOCIAL NA BOLÍVIA DO SÉCULO XXI^(*)

Hoyêdo Nunes Lins

Departamento de Ciências Econômicas e Programa de Pós-Graduação em Economia da
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

A América Latina exibiu recentemente resultados eleitorais que sinalizam uma guinada à esquerda em vários países. Na Bolívia, isso incluiu a inusitada vitória para a presidência de um indígena *aymara* líder de *cocaleros*. Este artigo lança um olhar interpretativo ao evento boliviano, descreve e discute as principais medidas do novo governo, com as reações provocadas, e explora as dimensões de classe, étnicas e territoriais dos decorrentes embates. Salientam-se os aspectos regionais das disputas, vistos em sintonia com o histórico regionalismo existente no país, e perscrutam-se os seus vetores básicos.

Abstract

Recent results of presidential elections in Latin America strongly suggest a turn to the left in various countries. In Bolivia, such a movement includes the unprecedented victory of an *Aymara* Indian who is also a leader of *coca* farmers. This article proposes an interpretation of this Bolivian event, describes and discusses the main actions of the new government, stressing the reactions they provoked, and explores the class, ethnic and territorial dimensions of the resulting conflicts. The regional aspects of the fights, considered in relationship with the country's historical regionalism, are highlighted and their basic conditions are investigated.

^(*) Versão ampliada de artigo submetido ao XII Encontro Nacional de Economia Política (com o título de “Insurgências latino-americanas: classe, etnia e território na Bolívia do século XXI”), a ser realizado pela Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) em São Paulo, na FEA/USP, em junho de 2007.

GEOMETRIAS DO EMBATE SOCIAL NA BOLÍVIA DO SÉCULO XXI

Hoyêdo Nunes Lins^(**)

Si el tiempo es sucesión, debemos reconocer que donde densidad mayor hay de hechos, más tiempo corre y que el más caudaloso es el de este inconsecuente lado del mundo.

Jorge L. Borges. *Evaristo Carriego*. 14^a ed. Buenos Aires: Emecé Ed., 1995, p. 21, nota 1.

Introdução

O subcontinente latino-americano, a América do Sul em particular, tem freqüentado com alguma assiduidade as manchetes internacionais. Num único mês, em dezembro de 2006, o jornal *Washington Post* reconheceu que a América Latina “oscilou em direção à esquerda” (Bajak, 2006), o diário britânico *The Guardian* dedicou editorial ao que chamou de “continente da esquerda” (Continent..., 2006) e o *The New York Times* assinalou que o “plano para gasoduto sul-americano tem ambições que vão além do gás” (Gould, 2006). Não há equívoco em afirmar que essas indicações foram motivadas pela sucessão de eventos que, em Estados como Venezuela, Uruguai, Chile, Nicarágua e Equador, entronizaram ou mantiveram no poder lideranças políticas manifestamente comprometidas (ou que acenavam) com transformações, representando um incontornável aprofundamento de tendência que já resultara em governos (que podem ser designados) de centro-esquerda no Brasil e na Argentina.

Nesse amplo processo cabe um realce especial à experiência da Bolívia, pela incrustada simbologia e a aparente inflexão numa trajetória multissecular: por conta de resultado eleitoral inédito naquelas latitudes andinas, tomou posse como Presidente da República, em janeiro de 2006, um indígena da etnia *aymara* líder de plantadores de coca, Evo Morales. Certamente, foi esse um dos principais fatos a terem ensejado no cotidiano francês *Le Monde*, poucos meses depois, o registro de uma “guinada à esquerda” na macrorregião latino-americana (Paranaguá, 2006), espécie de instigação igualmente acusada pelo britânico *The Independent*, que chegou a indagar se era necessário preocupação “com a ascensão da esquerda populista na América do Sul” (Usborne, 2006). O sentido do acontecimento não escapou ao escritor uruguaio Eduardo Galeano, que, com tinturas de exaltação, comentou tratar-se, nada menos do que isto, da “segunda fundação da Bolívia” (Galeano, 2006).

O primeiro ano do governo Morales foi caracterizado, além do estímulo e do amparo mais que explícitos de lideranças sul-americanas – antes de tudo, de Hugo Chávez, presidente da vizinha Venezuela e protagonista central no vendaval político divulgado mundialmente –, por medidas de grande repercussão nos planos externo e interno. A nacionalização do setor de hidrocarbonetos – simultaneamente festejada (Lemoine, 2006) e deplorada (Romero; Forero, 2006) – ocupou posição de proa nesses movimentos e nos correspondentes reflexos. Todavia essa nacionalização integra leque muito mais amplo de iniciativas, cujo objetivo principal seria transformar profundamente um

^(**) Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas e membro do Corpo Permanente de Docentes do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFSC.

país que figura entre os mais pobres e desiguais, social e territorialmente falando, de toda a América Latina. Assim, as providências desse primeiro ano – chamando de tal maneira a atenção que o presidente boliviano foi referido no *The Independent* como “o cruzado cativante” (Mueller, 2006), tendo em vista as celebrações de rua após a nacionalização das atividades ligadas ao petróleo e gás – têm reverberado intensamente sobretudo no *front* interno, suscitando embates estridentes e não raro dramáticos.

Essas lutas ostentam conteúdo a um só tempo étnico, de classe e territorial, o terceiro aspecto guardando sintonia com a marcada diferenciação regional que, em vários sentidos, caracteriza o país. Tal diversidade sobressai nos fatores que fazem do regionalismo um traço histórico da vida boliviana, termo aqui empregado para referir à ocorrência de “reivindicação política de um grupo de pessoas identificado territorialmente contra um ou muitos mecanismos do Estado” (Markusen, 1981:83), uma exigência via de regra motivada pela presença de disparidades socioespaciais, como sugere Slater (1983).

As implicações domésticas das mudanças empreendidas pelo novo governo da Bolívia constituem o principal foco de atenção neste artigo. Mas o texto também pretende, além de apresentar e discutir essas mudanças, contextualizar a inusitada vitória eleitoral de um indígena para a presidência desse país e abordar, com interpretação, os contrastes nas reações às medidas governamentais. O ponto de partida é o reconhecimento do cenário em que se desenrolou o processo em questão. Depois sistematizam-se os acontecimentos que levaram à vitória de Evo Morales, abordam-se as iniciativas do seu governo, com as reações provocadas, salienta-se a proeminência da dimensão regional nos decorrentes embates e apresentam-se os vetores da atual questão regional na Bolívia.

1. Um esboço da socioeconomia boliviana na aurora do século XXI

País sul-americano sem costa marítima, a Bolívia possui hoje cerca de 9 milhões de habitantes, pouco menos de 2/3 dos quais vivendo em áreas urbanas. Em contexto de rápido crescimento da urbanização, suas cidades com população superior a um milhão, Santa Cruz de la Sierra, capital do Departamento de Santa Cruz, e La Paz, a capital administrativa do país, figuravam em 2004 como locais de residência para 31% dos bolivianos (World..., 2006). Esses aspectos, associados à ampla superioridade da taxa média de crescimento anual da população urbana do país, comparativamente ao conjunto da América Latina e Caribe – 3,1% contra 2,2% entre 1990 e 2004 –, e também à pequena proporção de terra cultivada (de modo permanente ou temporário) – 3%, contra 8,1% em toda a América Latina e Caribe, ambos os números relativos a 2003 (ibid) –, sugerem forte tendência de urbanização em ambiente de grandes dificuldades de reprodução social no campo para os contingentes menos favorecidos. Observe-se que as áreas rurais concentram boa parte dos estratos ameríndios, que compreendem mais da metade da população total e exibem o *quechua* e o *aymara* como grupos principais, conforme assinalado na Tabela 1 (que também informa sobre outros aspectos populacionais).

Tabela 1 – Bolívia: indicadores socioeconômicos selecionados

Indicadores		Números
Aspectos Populacionais	População total (2004)	9,0 milhões
	Taxa média anual de crescimento da população total (1990-2004)	2,1%
	População rural (2004)	3,2 milhões
	Taxa média anual de crescimento da população rural (1990-2004)	0,7%
	População urbana (2004)	5,8 milhões
	Taxa média anual de crescimento da população urbana (1990-2004)	3,1%
Aspectos Étnicos (primeira metade dos anos 2000)	Composição da população (%): ameríndio	55%
	mestiço	27,5%
	branco	15%
	outros	2,5%
	População dos principais povos originais/índigenas: quechua	2.558,3 mil
	aymara	2.098,3 mil
	chiquitano	184,3 mil
	guarani	133,4 mil
	mojeño	76,1 mil
	afro-boliviano	22,0 mil
	movima	10,2 mil
guarayo	9,9 mil	
chiman	8,5 mil	
tacana	7,1 mil	
Produto Interno Bruto (2004)	Valor	US\$ 8.773 milhões
	Composição (%): agricultura	16%
	indústria	31%
	. indústria de transformação	14%
	Serviços	54%
Comércio Exterior (2004)	Valor das exportações	US\$ 2.129 milhões
	Composição das exportações (%): alimentos	27%
	matérias-primas agrícolas	2%
	combustíveis	38%
	minérios e metais	19%
	produtos manufaturados	14%
	Valor das importações	US\$ 1.842 milhões
	Composição das importações (%): alimentos	12%
	matérias-primas agrícolas	2%
	combustíveis	7%
minérios e metais	1%	
produtos manufaturados	79%	
Pobreza (2002)	População vivendo com menos de US\$ 1,00 por dia (%)	23,2%
	População vivendo com menos de US\$ 2,00 por dia (%)	42,2%
Índice de Des. Humano	IDH (2001)	0,641
	Posição no <i>ranking</i> do IDH em conjunto de 177 países (2005)	113º

Fontes: World Development Indicators (2006) para Aspectos Populacionais, PIB, Comércio Exterior e Pobreza; Pinto (2006) para Aspectos Étnicos; Índice... (2004) para IDH em 2001; Human... (2005) para *ranking* do IDH em 2005

A Tabela 1 fornece igualmente dados econômicos. O PIB boliviano de 2004 ficou pouco abaixo de US\$ 8,8 bilhões, com o setor de serviços participando com mais da metade, a agricultura com tão-somente 16% e a indústria de transformação (envolvendo atividades geralmente tradicionais e de pequena escala) com meros 14%. A indústria como um todo registrou, todavia,

31%, refletindo o peso dos setores de mineração (destacando-se o estanho) e de petróleo (extração e refino) e gás, os quais, acompanhados da agroindústria, respondem pelo essencial das exportações, majoritariamente endereçadas para Brasil, Colômbia e Estados Unidos. O quadro produtivo ganha contornos mais nítidos quando se observa o perfil das importações: em 2004, eloqüentes 79% disseram respeito a produtos manufaturados; Argentina, Estados Unidos e Brasil alternam-se como principais origens das mercadorias (Cunha, 2003).

Sobre a situação social cabe assinalar que, como mostra a referida tabela, 23,2% e 42,2% da população boliviana viviam com menos de, respectivamente, US\$ 1,00 e US\$ 2,00 por dia em 2002, sendo as mesmas percentagens para o conjunto de América Latina e Caribe iguais a 8,9% e 23,4% (World..., 2006). Destaque-se ainda que a Bolívia exibiu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,641 em 2001, número que ganha significado quando se observa, no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2005, que esse país ocupava o 113º lugar em conjunto de 177 países, à frente apenas de Honduras, Guatemala e Haiti em toda a América Latina e o Caribe (Human..., 2005).

Entretanto, o território nacional está longe de ostentar uniformidade socioeconômica entre as regiões. Conforme estampado na figura 1, sua divisão político-administrativa exhibe nove departamentos (que possuem subdivisões em várias escalas menores de gestão), dos quais apenas três – La Paz, Santa Cruz e Cochabamba – concentravam em 2003 mais de 70% da população (Tabela 2). Esses Departamentos têm canalizado importantes fluxos migratórios internos, um processo que estaria a consolidar “situações estruturais de crise em uma ‘mancha vermelha’ de pobreza e iniquidade no centro-sul da Bolívia e uma crescente precarização nas áreas periurbanas das principais cidades do país.” (Índice..., 2004, p. 36).



Figura 1 – Bolívia: divisão por departamentos

La Paz, Santa Cruz e Cochabamba são justamente os departamentos com maior presença no PIB boliviano (somando quase $\frac{3}{4}$ do total), o valor do mais alto – Santa Cruz, com US\$ 2,5 bilhões – superando em 35 vezes o do mais baixo – Pando, com US\$ 70,3 milhões. Em termos de PIB per capita, a diferença entre as situações extremas era de 2,8 vezes, opondo Tarija, com o indicador mais alto, a Potosí, com o mais baixo. Essa situação geral se reproduzia no IDH, conforme os dados para 2001: Potosí, acompanhado de perto por Chuquisaca, aparece em situação muito precária, e Santa Cruz, Tarija e Beni perfilam-se nas posições de maior destaque.

Tabela 2 – Bolívia: população, PIB e Índice de Desenvolvimento Humano por departamento

Departamentos	População (2003)	PIB em US\$ Mil (2003)	PIB per capita em US\$ 1,00 (2003)	IDH (2001)
Beni	390.997	280.845	718	0,639
Cochabamba	1.596.096	1.427.637	894	0,627
Chuquisaca	581.739	403.004	693	0,563
La Paz	2.544.814	2.038.441	801	0,631
Oruro	425.826	419.021	984	0,618
Pando	60.984	70.321	1.153	0,624
Potosí	758.337	367.129	484	0,514
Santa Cruz	2.231.019	2.492.433	1.117	0,689
Tarija	434.035	583.721	1.345	0,641
Bolívia	9.023.847	8.082.552	896	0,641

Fonte: Estadísticas...(2006) para População e PIB; Índice... (2004) para IDH

Em La Paz, Cochabamba, Oruro e Chuquisaca, o ambiente andino se evidencia claramente em aspectos paisagísticos e climáticos, por exemplo, embora com diferenciação entre os departamentos. Cordilheiras, vales profundos e zonas altiplânicas, permitindo observar variedade de microclimas e elementos da cobertura vegetal, marcam esses territórios, que igualmente abrigam os mais expressivos contingentes populacionais de origem incaica da Bolívia, percentences às etnias *quechua* e *aymara*. Essa conjugação de traços naturais, de um lado, e étnicos e sociais, de outro, é acompanhada por diversificação no âmbito da economia, como a Tabela 2 permite entrever.

O Departamento de La Paz tem importante presença nacional em atividades terciárias, mas também a produção de alimentos, bebidas, fumo e têxtil-vestuarista goza de algum destaque, assim como a mineração (notadamente de zinco) e o cultivo de coca, que em 2004 representou $\frac{3}{4}$ do valor da produção *cocalera* em escala nacional¹. No Departamento de Cochabamba, a produção reflete o que as suas características climáticas e geográficas representam para a agricultura de grãos (trigo, milho) e de tubérculos, frutas e hortaliças, assim como o cultivo de coca, que alcançou em 2004 pouco menos de $\frac{1}{4}$ do valor obtido no país. Mas Cochabamba também registra uma indústria de transformação que responde por quase 25% do respectivo produto nacional, com maior destaque para o refino de petróleo e a produção alimentar. Já em Oruro, Potosí e Chuquisaca o quadro é distinto: os primeiros têm na extração mineral o seu carro-chefe, Oruro sobretudo com zinco e estanho (o último representou quase $\frac{3}{4}$ da respectiva produção nacional em 2004) e Potosí principalmente com zinco (quase 60% da produção total). Chuquisaca possui no setor primário o elemento central da sua base produtiva, beneficiado pela presença de vales de clima temperado e, na direção leste desde o ambiente andino, de zonas mais quentes e planas.

¹ Os dados sobre a estrutura econômica dos departamentos foram obtidos em Estadísticas... (2006).

Pando, Beni, Santa Cruz e Tarija compõem grupo ainda mais diversificado. Nos dois primeiros as terras são geralmente baixas e os climas são o tropical e o tropical úmido, observando-se (em Beni) grandes planícies com pastagens e áreas de selva próprias da Bacia Amazônica, com vegetação densa, malha hídrica volumosa, calor elevado e chuvas frequentes. Santa Cruz e Tarija apresentam variedade fisiográfica e climática, com ambientes andinos e sub-andinos, numerosos vales e, a leste e nordeste, vastas planícies, o todo implicando diferentes altitudes e patamares de temperatura. Esses quatro departamentos concentram populações indígenas das etnias *chiquitano*, *guarani* e *mojeño*, entre outras, as mais numerosas no país depois das de origem incaica. Deve-se assinalar que os imigrantes europeus e de outras procedências que se dirigiram à Bolívia fixaram-se principalmente em Santa Cruz e Tarija.

Em termos econômicos, Santa Cruz e Tarija ocupam posição de absoluta proeminência nesse subconjunto, assim como em nível nacional. Tarija desponta pelas atividades ligadas ao binômio petróleo-gás natural, que participam fortemente no PIB departamental e têm elevada presença em escala de país, ainda que a indústria de alimentos, a agricultura e a pecuária bovina mereçam referência. É Santa Cruz, todavia, que cintila mais (muito mais) forte, como denota a recorrente magnitude dos números que lhe correspondem: o produto das suas atividades do setor primário equivalia a 43% do respectivo PIB nacional em 2004 – destacando-se produtos agrícolas tanto industriais (soja, cana de açúcar) como não industriais, além da pecuária; na indústria de transformação a percentagem superava 35%, sobressaindo a produção de alimentos e o processamento de insumos primários (protagonizados por um forte setor agroindustrial), assim como o refino de petróleo. Normalmente superlativos, os dados não autorizam dúvida quanto à posição desse departamento: é de longe a principal área econômica do país, tendo participado com 31% no total do PIB boliviano em 2003 (Tabela 2). Pando e Beni, em contrapartida, têm pequena expressão, não representando, em conjunto, mais de 4,5% do PIB nacional. Suas atividades mais importantes são as primárias (pecuária); na manufatura, a produção têxtil-vestuarista tem algum realce em Pando, o mesmo valendo para a produção alimentar em Beni.

2. Crise, rebelião e indigenismo

A chegada ao poder de um indígena *aymara* pobre, líder de plantadores de coca e oriundo de uma das áreas mais desfavorecidas e economicamente deprimidas do país, é indissociável dessa estrutura sócio-territorial, crivada de desigualdades tão marcantes quanto perturbadoras. Outros países latino-americanos onde, no período recente, foram entronizados governos que acenavam nos seus respectivos cenários políticos com reformas ou mudanças sociais, também amargam fortes iniquidades historicamente, Brasil e Venezuela despontando como eloqüentes ilustrações. Contudo, o abismo social e as clivagens espaciais são traços históricos desse país – como de toda a América Latina (Odell, 1978) –, sem que jamais um resultado eleitoral como o de dezembro de 2005 tenha se produzido anteriormente. De outra parte, frente à maioria dos países latino-americanos em que candidatos acenando com mudanças chegaram ao poder recentemente, a Bolívia se particulariza por ter eleito um indígena.

Assim, o “fenômeno” Evo Morales há de ganhar luz se observado no marco da configuração política que tomou forma nesse país nos últimos anos, moldada no curso de vigorosos embates sobre problemas como pobreza e exclusão social e também envolvendo a defesa dos interesses nacionais perante a cupidez do capital multinacional e a intervenção estrangeira. A citação a seguir condensa pontos importantes e organiza o olhar sobre isso:

“Os sucessos políticos da esquerda e da *Central Obrera Boliviana* entraram em declínio com a emergência do neoliberalismo em 1985, mas organizações políticas e culturais indígenas ganharam espaço crescente nos 80 e 90. Durante esse mesmo período, os produtores de coca alcançaram, estrategicamente, uma importância política crucial, por meio de sua oposição à intervenção militarizada dos Estados Unidos contra as drogas. Então, em 2000, um novo ciclo revolucionário foi anunciado com protestos indígenas no Altiplano em torno da guerra da água no vale de Cochabamba. Por último, os eventos de outubro de 2003 reviveram a tradição insurrecional da comunidade *aymara* em uma das maiores cidades indígenas da América Latina. A insurgência mais recente constitui um desafio maior ao colonialismo interno da sociedade boliviana e pode levar à formação de um novo bloco nacional-popular representando a maioria social.” (Hylton; Thomson, 2004)

Redigido antes da chegada de Evo Morales à presidência, o texto acima apenas cogita a possibilidade de formação de um novo bloco nacional-popular representando a maioria social, leia-se, os indígenas antes de tudo. Hoje, pode-se dizer que esse novo bloco marca efetivamente presença na cena política boliviana, o caráter “nacional-popular” grafado na citação podendo ser visto como uma espécie de reconhecimento de dívida intelectual para com as idéias de René Zavaleta Mercado (consultar, entre outros, Zavaleta, 1986), que teorizou sobre a história política do país sublinhando o decisivo papel das massas, “especialmente das (...) mineiras na etapa posterior à Guerra do Chaco que desembocaria na Revolução Nacional de 1952. (...) [Esse autor] coloca a hipótese de que (...) essas massas (...) terão um papel relevante no processo de resistência às ditaduras militares e na recuperação da democracia em 1982.” (Garay, 2005: 93).

Com efeito, a referida configuração política revela, nos anos 90 e 2000, o protagonismo do que se pode chamar de forças “nacional-populares”, tendo como centro de gravidade não propriamente, ou principalmente, o poder sindical ou as estruturas partidárias de esquerda, de enorme visibilidade na trajetória política do país. Na aurora do século XXI, “a grande especificidade da região andina é (...) a questão indígena” (Lipietz, 2006:s/p), pois aqui, no período recente, “o indigenismo se erige em força política revolucionária.” (Lipietz, 2004:s/p). Assim, para Mignolo (2006:s/p), mais do que guinada à esquerda, a eleição de Evo Morales consignaria uma virada “descolonial”: um “giro da esquerda na América do Sul sob a liderança política, intelectual e ideológica dos movimentos indígenas (...)”, enfeixado nos processos de etnificação e indigenismo que pesquisadores dos sistemas-mundo consideram tratar-se de contradições estruturais inerentes ao capitalismo moderno (Dunaway, 2003).

Tal quadro representou a culminância de processo marcado por numerosas mobilizações e revoltas populares, especialmente em reação ao turbilhão neoliberal que marcou a América Latina nos anos 80 e 90 (Weeks, 1995). Essa trajetória abrangeu, entre outras coisas, o confronto com as reformas sobretudo econômicas do governo de Victor Paz Estenssoro (por exemplo, “racionalização” de empresas públicas, resultando em milhares de desempregados, e abertura comercial que afetou duramente a produção doméstica) e com a vaga de privatizações da primeira gestão de Gonzalo Sánchez de Lozada, intercaladas pela “diplomacia da coca” da administração de Jaime Paz Zamora, que levantou internacionalmente a problema relativo à necessidade de promover um desenvolvimento alternativo nas área de cultivo (Lemoine, 1995a).

Nesse período, combater a espiral inflacionária por meio da liberalização do comércio externo era palavra de ordem, tanto quanto a atração de investimentos do exterior. Porém, não obstante a exaltação por parte da mídia liberal globalizada (An example..., 1997), esse tipo de política não diminuiu os problemas estruturais do país, forçando o reconhecimento de que, apesar da obediência ao receituário dos organismos internacionais, a Bolívia permanecia “muito pobre e (...)”

vulnerável a choques externos” (Riches..., 1998:40). No mesmo período, com a multiplicação das demissões (sobretudo na mineração, agravando o quadro de penúria no Altiplano), o cultivo de coca registrou escalada dos contingentes envolvidos (Bader; Rodrigo, 1994), devido à ausência ou escassez de opções comparáveis em termos de resultados – na “Bolívia, um hectare de coca pode gerar até três vezes mais renda do um hectare de bananas” (A crop..., 2000: 25). Todavia isso era acompanhado por intensificação da repressão governamental ao cultivo, sob pressão dos Estados Unidos (Lemoine, 1995a), resultando em conflitos que não permitem surpresa com o verdadeiro “estado de sítio” então vivenciado no país. Mas é importante frisar que, “no coração da crise, [situavam-se] as crescentes reclamações (...) e, sobretudo, uma forte resistência à política de reformas governamentais.” (Lemoine, 1995b: 22).

O virulento repúdio às iniciativas de combate ao cultivo da coca perduraram no governo de Hugo Banzer Suárez (eleito em 1997), quando a repressão à produção *cocalera* adquiriu os contornos de uma verdadeira “guerra” pela erradicação (Bolivia..., 1998). Assim, na segunda metade do ano 2000, entre os insurgentes que bloqueavam estradas com barricadas e lutavam contra as forças de segurança, em Cochabamba e Oruro, figuravam ruidosos plantadores de coca exigindo a preservação de espaços para cultivo no Chapare, uma área a nordeste de Cochabamba tradicionalmente *cocalera*, e o fim das iniciativas de extinção em Yungas, ao norte de La Paz (Like..., 2000). À frente da sublevação perfilavam-se, no Chapare, Evo Morales, e no Altiplano Central, Felipe Quispe, este uma liderança também *aymara*, defensor do “nacionalismo indigenista” (pertencente ao *Movimiento Indigenista Pachacutik*) com projeto (radical) de substituição do sistema institucional existente por um Estado *Kollasuyo* e a posterior reconstituição do antigo império inca (*Tahuantinsuyo*, abrangendo o norte da Argentina, Puno, no Peru, e o norte do Chile).

Mas a questão da coca era só uma das que mobilizavam as forças “nacional-populares”. Vinculada a ela, mas indo além do problema específico do combate ao cultivo, aparecia a crítica ao envolvimento dos Estados Unidos nesse processo, com suporte ao menos financeiro – a guerra contra a droga passara a ser um integrante básico do “enfoque militar” estadunidense para com a América Latina (Habel, 2002), como a experiência da Colômbia demonstrava amplamente (Lemoine, 2001). Além disso, o período assistiu a insurgências sobre questões locais particulares, a melhor ilustração das quais foi, talvez, “a guerra da água” travada no primeiro semestre de 2000 em Cochabamba contra a concessão do serviço de fornecimento de água potável a uma empresa estrangeira – a multinacional Bechtel, de origem estadunidense –, que operaria com o nome de Águas del Tunari (To..., 2000). As tarifas de consumo de água elevaram-se drasticamente (Water..., 2000), e a revolta popular forçou o recuo do governo.

O que realmente impulsionava as demandas populares era o tema da pobreza: as reformas nada representaram de melhoria do quadro de exclusão social, e sequer o crescentes investimentos estrangeiros, privilegiando os setores de petróleo e gás, geravam ganhos expressivos de empregos (Patience..., 2001). Desse modo, principalmente nas áreas rurais, a população permanecia “profundamente empobrecida e pobremente educada mesmo após 17 anos de governo democrático e 15 anos de reformas estruturais sustentadas pelo Banco Mundial e o FMI” (Inca..., 2000: 36). Lutar pelo cultivo da coca significava, portanto, trombar com a orientação neoliberal e questionar o “imperialismo” e a globalização, pois o setor *cocalero* simbolizava sobrevivência e também resistência cultural. No bojo desse processo, “[e]mergiu (...) um movimento, mescla de esquerda rural e urbana, sindicalismo e etnia, capaz de articular um discurso anti-neoliberal e anti-imperialista e incorporar uma visão étnico-cultural andina que interpela outros setores empobrecidos e marginalizados da sociedade boliviana.” (Stefanoni, 2003: 59-60).

Daí que, de 2000 em diante, a Bolívia tenha experimentado uma ebulição política quase perene ou, como prefere Burgos (2005), um “contra-poder permanente”. A alta-voltagem política transparece, por exemplo, no fato de Gonzales Sánchez de Lozada, eleito presidente em 2002, ter renunciado em 2003 no calor do que ficou conhecido como “guerra do gás”.

Essa expressão recobre diversos eventos e lutas em torno do projeto de exportar gás natural para o México e a Califórnia através de gasoduto que utilizaria o sistema portuário chileno (sendo o Chile um inimigo histórico da Bolívia desde a Guerra do Pacífico, em 1879, que subtraiu a este país a sua saída para o oceano). Ora, desde pelo menos a aprovação, em 1996, de lei sobre hidrocarbonetos que beneficiou amplamente empresas multinacionais do setor, a questão do gás se apresentava extremamente sensível em termos políticos. As medidas agora anunciadas desencadearam vigorosa oposição popular, à qual se interpôs uma igualmente exacerbada força militar, resultando em marchas por todo o país em defesa da soberania econômica nacional. El Alto, uma cidade contígua a La Paz com cerca de 900 mil habitantes, na maioria indígenas *aymaras* pobres, virou o epicentro do conflito: após decretação de greve geral por diversas federações locais, realizou-se em outubro de 2003 uma enorme e estridente marcha sobre La Paz; a evolução dos acontecimentos representou perda de controle da situação e provocou a renúncia de Lozada.

Pouco tempo depois surgia um outro capítulo da “guerra da água”, na forma de forte rechaço à privatização do serviço na área de La Paz e El Alto – a exploração fora concedida à empresa francesa Suez–Lyonnaise des Eaux, operando como Aguas de Illimani. Iniciado no final de 2004, o movimento popular para expulsar a empresa logrou atingir o seu intento no início de 2005 (Chávez, 2005), tornando claro o peso adquirido por atores políticos que, no tocante à capital administrativa do país, tinham sido forjados inclusive na contestação às ineficientes e corruptas gestões locais, cujas atuações chegaram a estimular transferências de empresas para Santa Cruz de la Sierra (Local..., 1999).

Foi nesse amplo caldo de insurgência que o partido de Evo Morales, Movimiento al Socialismo (MAS), ganhou expressão como nova liderança política, paralelamente à deterioração das representações político-partidárias tradicionais (Burgos, 2005). A expressão “nacionalismo plebeu” (Stefanoni, 2003) passou a ostentar, assim, um expressivo sentido:

“Frente à desidentificação nacional neoliberal, o MAS emerge como um novo nacionalismo plebeu que resignifica a luta nacional como uma luta pela terra e pelo território, e põe num lugar destacado a defesa dos recursos naturais, cuja dinâmica dominou os enfrentamentos sociais na Bolívia desde 2000, desde a *guerra da água* até a *guerra do gás*. É, ao mesmo tempo, uma tentativa de articular uma multitude de sujeitos, organizações e movimentos sociais em que nenhum setor é portador de privilégios ontológicos na construção das novas identidades, pelo que as mesmas são resultado das lutas hegemônicas e articulatórias em curso.” (Stefanoni, *op.cit.*: 66 – itálico no original).

Desse modo a posse do vice de Lozada, Carlos Mesa, para um mandato-tampão ocorreu em atmosfera de movimentos sociais fortalecidos, tanto que os setores populares conseguiram impor agenda política (“Agenda de Outubro”, de 2003) contemplando, além de um referendo sobre a exportação de gás, uma nova lei sobre os hidrocarbonetos e a convocação de uma Assembléia Constituinte (Chávez, 2005). Os impasses em torno desses compromissos – resultando em outra agenda (“Agenda de Janeiro”, em 2005), na qual se exigia, previamente à Assembléia Constituinte, um referendo sobre a autonomia dos departamentos e a eleição de governadores (Vacaflores R.; Lizárraga A., 2005) – fizeram o governo se deparar em 2005 com intensas demonstrações populares sobre questões de petróleo e gás e as demandas de autonomia do Departamento de Santa Cruz,

secundado por Tarija. Os protestos dos indígenas e trabalhadores em defesa dos interesses nacionais (como os do *Movimiento Indigenista Pachacutik* e da *Central Obrera Boliviana*) se intensificaram ainda mais com a aprovação de lei que, embora aumentando a taxação de petróleo e gás imposta às multinacionais e aprofundando a intervenção do Estado no setor de energia, não impunha uma nacionalização sem atenuantes, desacompanhada de indenização às empresas (Lemoine, 2005).

O decorrente cenário de bloqueios de estradas, isolando cidades, e de acirramento dos conflitos entre grupos pró-nacionalização do petróleo e o gás (principalmente no Altiplano) e grupos interessados em liberalizar a exploração (nos departamentos dotados desses recursos e também incrustados na classe política tradicional), provocou a renúncia do próprio Carlos Mesa em junho de 2005. A administração do país ficou com o presidente da Corte Suprema, que definiu calendário eleitoral para, em dezembro desse ano, escolher o novo Presidente da República e integrantes do Congresso e conduziu o processo de convocação da Assembléia Constituinte e do referendo sobre o aumento da autonomia departamental.

Nesse clima, Evo Morales, reconhecido por posições menos radicais do que as de Felipe Quispe e seu *Movimiento Indigenista Pachacutik* – o que o faz ser alvo de corrosiva crítica do segundo, tornado um adversário ferrenho do MAS –, logrou alcançar a vitória na eleição presidencial. Contribuiu para isso a sua disposição para fazer coalizões inter-étnicas e inter-classistas, envolvendo acordos entre o movimento indigenista e demais segmentos da esquerda. Na base dessa conduta estaria o entendimento de que só mediante composições e atitudes que conseguissem a adesão de estratos médios da sociedade seria possível chegar ao poder pela via democrática (Lipietz, 2006); daí ter Evo Morales obtido votação considerável (cerca de 30%) mesmo em Santa Cruz, reduto da mais forte oposição ao seu governo. De toda maneira, o indigenismo é um eixo político essencial do MAS. Isso quer dizer que, apesar da inclinação para coalizões, o partido exhibe matriz comportamental que não se distancia substancialmente do que se observa hoje em vários países latino-americanos, envolvendo a reafirmação das raízes indígenas e a valorização da identidade cultural desses povos.

3. Ações e reações no novo governo

Tão logo empossado, Evo Morales anunciou medidas que repercutiram fortemente nos planos externo e doméstico ao longo de 2006. Internacionalmente, reverberou sobretudo a espiral de acontecimentos desencadeada pela nacionalização das atividades ligadas a petróleo e gás (envolvendo até ocupação militar das instalações de empresas estrangeiras).

Na data simbólica de 1º de maio, anunciou-se que as atividades dessas empresas seriam controladas pela estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) e que a divisão das correspondentes receitas com o Estado sofreria drástica alteração; que a tributação sobre recursos energéticos e o preço do gás exportado seriam aumentados; que funcionários da estatal Petroleo de Venezuela S.A. seriam usados para vistoriar as operações locais das empresas estrangeiras e apoiar os funcionários da YPFB; e que seriam expropriadas as unidades dessas empresas que recusassem os novos termos de exploração. Especificamente em relação à Petrobras, ocorreu acusação de chantagem, quando esta aventou cortar investimentos no país, e a informação de que seriam nomeados novos diretores para a Petrobras Bolivia Refinación S.A., cujo controle acionário, como o de outras empresas estrangeiras, passaria à YPFB. O corolário em relação à Petrobras foi a afirmação de Morales (na 4ª Conferência de Cúpula União Européia–América Latina/Caribe,

realizada em Viena) de que a empresa não respeitava as regras bolivianas e, portanto, atuava ilegalmente no país.

Esse encadeamento de tirar o fôlego ocorreu no intervalo de meras duas semanas e chamou tanto a atenção que, nos Estados Unidos, o Departamento de Estado acusou prontamente o impacto (Dávila, 2006). Ao final do período de transição (6 meses), durante o qual houve a renegociação dos novos termos de exploração de petróleo e gás com as empresas estrangeiras, outros contratos foram acordados – com ratificação pelo Congresso no final de novembro –, representando para o Estado boliviano o aumento do “direito proprietário” e da arrecadação tributária (Petrobras..., 2006).

No *front* interno, as fortes repercussões das ações do governo têm-se vinculado, além das medidas sobre petróleo e gás – que afetam interesses empresariais nos departamentos envolvidos –, principalmente à Assembléia Constituinte e ao referendo sobre autonomia departamental (temas candentes da agenda política desde pelo menos o mandato-tampão de Carlos Mesa), assim como à reforma agrária. A Assembléia Constituinte representa um pilar básico da pretendida reorientação da vida nacional, ao lado da nacionalização dos hidrocarbonetos e da reforma agrária². Consistindo em demanda histórica do movimento indígena do Altiplano, a nova Carta Constitucional é vista por parte da população como oportunidade para, entre outras coisas, suprimir do catolicismo o seu atual caráter de religião oficial e incluir como oficiais, ao lado do espanhol, as línguas dos indígenas *aymara* e *quechua*. O referendo sobre autonomia departamental constitui reivindicação sobretudo da elite empresarial do Departamento de Santa Cruz, acompanhada pelas de Tarija, Pando e Beni. A divergência de pontos de vista em relação a esse assunto é clara: são particularmente favoráveis à autonomia os habitantes das áreas mais ricas, aparentemente seguidos por cidadãos católicos que vivem em outros departamentos, mesmo mais pobres, e tendem a ser esmagadoramente contrárias as comunidades indígenas do Altiplano.

Fortes tensões tendo como epicentro a Assembléia Constituinte e o referendo sobre autonomia, com explosões de violência em diferentes lugares, fizeram-se notar e se acumularam desde os primeiros movimentos do novo governo. Em relação à Assembléia, o foco dos atritos é o sistema de votação a ser utilizado para a matéria constitucional. A Lei de Convocatória, aprovada pelo Congresso Nacional para regulamentar a eleição dos constituintes, definiu que 2/3 dos votos representariam o limite mínimo para aprovação dos artigos. Como na eleição dos constituintes os governistas não conseguiram número suficiente à aprovação, desobrigando a negociação com os opositores, o governo passou a reivindicar que, em vez de 2/3 dos votos, baste a maioria simples (50% mais 1). A recusa da oposição paralisou os trabalhos durante vários meses desde a instalação da Assembléia em agosto. Em relação ao referendo sobre autonomia, os governadores (chamados *prefectos*) opositoristas defendiam a validade de resultados específicos a cada departamento: ter-se-ia mais autonomia onde o “sim” saísse vitorioso, respeitando-se as diferentes “vontades departamentais”. Para o governo central, deveria valer o resultado agregado, com a “vontade nacional” sendo acatada em todos os departamentos. Em quatro deles – Santa Cruz, Pando, Beni e Tarija, que formam o que passou a ser chamado de “meia lua”, com adjetivações exaltando a sua eficiência econômica e prosperidade – venceu o desejo de maior autonomia. Entretanto, em nível de país a recusa obteve maioria (57,6%).

Com esse resultado, os opositoristas ao governo cerraram fileiras em torno do sistema de votação, pois tal problema passou a ser visto como interligado com o da autonomia. O referendo

² A reforma agrária efetuada no início dos anos 50 favoreceu camponeses necessitados, mas afetou sobretudo a porção andina do país (Preston, 1978). Nas áreas baixas, principalmente em Santa Cruz, as décadas seguintes assistiram muito mais à formação de grandes propriedades, o que em vários casos resultou em baixa utilização da terra e em especulação. A reforma agrária contemplada por Evo Morales visa justamente essas terras.

fora idealizado para consulta à sociedade sobre a delegação, à Assembléia, da tarefa de definir regime de autonomia departamental, e o resultado nacional negativo fez as lideranças dos departamentos onde prevalece o desejo de mais autonomia considerarem que um sistema de votação por maioria simples poderia resultar na exclusão do tema da pauta dos constituintes. Isso explica a multiplicação e intensificação das manifestações, em resposta às quais o governo Morales tem acusado essas lideranças (principalmente as de Santa Cruz) de xenófobas e de representarem ameaça à unidade nacional.

Os meses após a instalação da Assembléia Constituinte foram pontilhados de manifestações tanto nas zonas mais favoráveis à autonomia quanto no Altiplano, esmagadoramente pró-Morales. Em setembro, os departamentos da “meia lua” registraram paralisações de atividades e bloqueios de estradas acompanhados de confrontos e agressões. A situação mostrou-se inquietante sobretudo em Santa Cruz, principal bastião pró-autonomia e anti-Morales, mas onde – surpreendentemente – o partido governista ganhou na escolha dos constituintes, o que sugere a existência de fissuras consideráveis em nível local. Talvez o paroxismo da contestação tenha ocorrido quando da realização, em Santa Cruz, da Expocruz, a principal feira de negócios da Bolívia: em quatro décadas de realização, a Expocruz de 2006 foi a primeira em que se deixou de convidar o presidente do país (Maisonave, 2006a).

A apresentação pelo governo de projeto de reforma agrária prevendo assentamentos em áreas ocupadas por grandes fazendeiros de Santa Cruz, e a aprovação pelos constituintes governistas, mesmo sem decisão sobre o sistema de votação, de que a nova Carta seria “originária”, capaz de mudar toda a legislação vigente, adicionaram mais combustível aos embates. O significado da segunda iniciativa transparece na medida tomada imediatamente pela Corte Suprema de Justiça, afirmando em nota que a Assembléia Constituinte não pode ter poderes que a coloquem acima das atuais instituições, devendo a Constituição ser, portanto, “derivada”, levando necessariamente em conta a legislação em vigor. Ao mesmo tempo, os governadores da “meia lua” ameaçaram desobedecer uma Constituição “originária” e, se o governo não reconsiderasse, promover referendos locais sobre a possível separação dos seus territórios.

Em novembro, novos movimentos elevaram ainda mais a temperatura política e fizeram recrudescer os conflitos. Um deles foi a apresentação ao Congresso de uma nova lei de terras prevendo desapropriações só por medidas administrativas (sem possibilidade de recurso judicial) e inovando na avaliação (pelo governo) do caráter produtivo/improdutivo da terra; em discordância, a oposição retirou-se da respectiva sessão (Governo..., 2006). Aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto foi enviado aos senadores, com desdobramentos que evoluíram para uma crise política: com maioria no Senado, a oposição retirou a bancada do seu maior partido e travou o processo, uma atitude qualificada por Evo Morales de “golpista” (Oposição..., 2006a). Esse projeto de lei goza de irrestrito apoio dos indígenas do Altiplano, e estes, em face das dificuldades do governo no Senado, promoveram grandes marchas rumo a Cochabamba e La Paz em defesa da aprovação, ao que produtores rurais e líderes empresariais em geral responderam com manifestações e protestos em Cochabamba e Santa Cruz.

Uma outra iniciativa governamental que provocou fortes reações foi o envio ao Congresso de projeto de lei sobre a fiscalização dos governos departamentais por parte do Poder Legislativo, prevendo censura que pode obrigar os governadores à renúncia e atribuindo ao presidente a decisão sobre a manutenção dos governadores nos cargos (Morales..., 2006a). Porém o que mais contribuiu, aparentemente, para a exacerbação do quadro conflituoso foi o sucesso do governo em conseguir a aprovação do sistema de votação por maioria simples na Assembléia Constituinte, não obstante o que dispunha a Lei de Convocatória. A consequência imediata foi o rompimento do diálogo dos

governadores de Santa Cruz, La Paz, Beni, Cochabamba, Tarija e Pando com o governo central (Governadores..., 2006) e o início de uma greve de fome por constituintes e militantes de oposição.

A situação deteriorou-se ainda mais com a convocação, no final de novembro, de ações de resistência civil e greve de fome por lideranças políticas de Santa Cruz (Oposição..., 2006b), acompanhando o que políticos de oposição já realizavam em Sucre com o objetivo de forçar o recuo do governo nas suas posições. Isso foi rapidamente seguido por iniciativas de lideranças em Beni, Pando, La Paz, Oruro, Cochabamba e Tarija, indicando capacidade de articulação e mobilização das forças oposicionistas mesmo fora das áreas mais ricas do país. Mas também o governo demonstrou habilidade ao conseguir, por manobra que consistiu em assegurar a presença de um senador e dois suplentes de oposição em sessão tardia do Senado, a aprovação da nova lei da reforma agrária; nessa mesma sessão também se aprovou um acordo militar com a Venezuela e se ratificaram os novos contratos sobre a exploração de petróleo e gás (Morales..., 2006b). Como a reforma afetará principalmente as terras dos departamentos mais ricos, redutos da oposição, o arrefecimento das tensões é probabilidade quase nula, como sugerem o ultimato e as ameaças de paralisação geral provenientes de organizações cívicas desses departamentos (entre elas a influente *Cámara Agropecuaria del Oriente* – CAO, de Santa Cruz), sob exigências de revisão das posições sobre a reforma agrária e o sistema de votação na Assembléia Constituinte (Oposição..., 2006c). O próprio chefe do Exército afirmou trabalhar com a hipótese de “enfrentamento de bolivianos” (Tensão..., 2006), uma visão que as brigas entre grevistas e militantes do MAS em La Paz impunham considerar como muito plausível.

Na escalada dos confrontos, programou-se para meados de dezembro uma grande manifestação em Santa Cruz com o propósito declarado, por parte das lideranças regionais, de anunciar por conta própria uma maior autonomia em relação a La Paz, ou mesmo a “independência” dos departamentos da “meia lua” (Oposição..., 2006d). O quanto o anúncio desse gigantesco encontro produziu impacto no governo manifestou-se na exortação de Evo Morales às forças armadas para que, em caso de necessidade, defendessem a integridade da nação. Em contexto de enfrentamentos entre opositores e simpatizantes do governo, no interior do Departamento de Santa Cruz, que se traduziram em bloqueios de estradas para impedir a chegada de oposicionistas em Santa Cruz de la Sierra – com apedrejamento de veículos e vários feridos –, o evento exibiu expressões de franca recusa das orientações do governo central. Santa Cruz abrigou a manifestação mais intensa e concorrida, mas também Tarija, Pando e Beni realizaram simultâneas assembléias populares (ou *cabildos*, um termo herdado da colonização hispânica). Vale assinalar que no prolongamento dos atritos na capital e no interior de Santa Cruz (Amenazan..., 2006), em meio ao agravamento da crise política principalmente por conta do sistema de votação na Assembléia Constituinte, as lideranças oposicionistas conclamaram a população a não reconhecer a nova Constituição e o governador de Santa Cruz ameaçou criar o princípio de um Estado de direito na sua jurisdição.

4. Classe, etnia e território: três dimensões dos conflitos

Como se vê, não apresenta poucas arestas a infante experiência boliviana. As que opõem proprietários e trabalhadores, considerando-se entre os segundos os milhares que padecem da exclusão social, são evidentes. A forte confrontação em torno da reforma agrária, por exemplo, não significa outra coisa. Contudo as rusgas incluem até conflitos “intra-classe”: em outubro, no Altiplano – no distrito mineiro de Huanuni, a mais de 4 mil metros de altura e distante cerca de 300

km de La Paz –, mineiros integrantes de cooperativas privadas e trabalhadores da estatal *Corporación Minera de Bolivia*, vinculados à *Central Obrera de Bolivia* e protagonistas de ácida oposição de esquerda ao governo Morales, entraram em conflito aberto pelo controle de uma jazida de estanho; o saldo das tentativas de assalto à mina pelos mineiros das cooperativas privadas foi de muitos mortos e feridos, contabilizados em meio a críticas viscerais (oriundas de quase todos os quadrantes) ao comportamento do governo central em relação à disputa (Mortos..., 2006).

Todavia, os embates possuem igualmente um forte conteúdo étnico, como captou Gott (2006) ao situar a efervescência boliviana no “acerto de contas” hoje observado na América Latina entre os descendentes dos povos originários e a elite proveniente da ocupação branca que dominou o subcontinente durante séculos. É pleno de significado nesse sentido, por exemplo, o projeto de lei objetivando legalizar a “justiça comunitária” apresentado por Morales no começo de janeiro de 2007: autoridades indígenas e camponesas teriam as suas decisões, baseadas em normas próprias e tradicionais, validadas publicamente e cumpridas obrigatoriamente nas comunidades, sem interferência do Poder Judiciário (Maisonave, 2007). No mesmo diapasão étnico, destaque-se a posição do presidente do Comitê Cívico de Santa Cruz, na grande manifestação anti-Morales de meados de dezembro, salientando que “o povo cruzenho não aceita que um só partido (...) pretenda a supremacia de uma só etnia ou de um só setor (...)” (Bolivia..., 2006).

Mas as questões de classe e étnicas aparecem fortemente entrelaçadas com as de natureza territorial, a ponto de ligar-se a esta última a dimensão que – com ou sem razão – mais se destaca no atual contexto de conflitos. A imagem, de fato, é uma Bolívia cindida em duas grandes partes: uma andina, mais pobre e com tradição indígena de origem incaica, fortemente nacionalista e adversária do neoliberalismo; a outra principalmente vinculada às terras baixas, com atividades produtivas de notáveis resultados econômicos em termos capitalistas e onde predomina o discurso da modernização e da competitividade. No enorme evento realizado em dezembro contra o governo observavam-se, notadamente nas ruas de Santa Cruz de la Sierra, *slogans* do tipo “faço parte de uma nova república” e, grafada ao lado do mapa da “meia lua”, a indicação de que este é o “meu país” (Maisonave, 2006b).

Uma justaposição entre questões de classe e de cunho territorial pode ser notada no torvelinho motivado pelo projeto de reforma agrária do governo Morales. O bloqueio do respectivo projeto de lei no Senado (posteriormente aprovado), impondo grandes dificuldades ao Poder Executivo, provocou a imediata mobilização de grupos indígenas do Altiplano, na forma de rumorosas marchas para La Paz e Cochabamba em defesa da reforma e do governo, ao que responderam produtores rurais e líderes empresariais principalmente de Santa Cruz. Como se vê, aspectos de classe – despossuídos contra proprietários, trabalhadores rurais contra patrões – e aspectos territoriais entreteceram-se, a Bolívia andina e a Bolívia oriental, grosso modo, situando-se em pólos opostos e brandindo reivindicações coerentes com tal posicionamento. Observe-se que, nas intervenções pró-reforma agrária dos grupos altiplânicos, é possível detectar elementos regionalistas que remetem ao que disse Mariátegui (1979) sobre o “novo regionalismo” peruano nas primeiras décadas do século XX: um regionalismo que, em vez de simplesmente protesto contra a centralização administrativa, como observado em diferentes realidades, é “uma expressão da consciência serrana e do sentimento andino” (p. 140).

Quanto à imbricação de questões étnicas e de natureza espacial, é útil evocar a interpretação da atual crise boliviana manifestada pelo diretor da Fundação Terra, de La Paz (em entrevista a Maisonave, 2006c: A14). Na argumentação exposta, ocorre no Altiplano “uma radicalização étnica por parte do primeiro governo indígena da história e, portanto, há um sentimento antielitista”. Em Santa Cruz e nos outros departamentos da “meia lua”, há um forte sentimento “de que se trata de

uma invasão de índios [promovida] por um presidente anticruzenho. Santa Cruz se sente vítima do país” (ibid.). Essa forma de representação estimulou em Santa Cruz a atuação de entidades como a conhecida por *Movimiento Nacional Camba de Liberación*, ou *Nación Camba*³, que propugna a existência inclusive histórica de uma outra nação na Bolívia, ao lado da andina, que é mais conhecida internacionalmente e geralmente vista como sinônimo de “bolivianidade”: uma nação no oriente boliviano, com traços próprios em variados sentidos (Mosqueira, 2003) e, portanto, merecedora, segundo o tal *Movimiento*, de “soberania plena sobre sua economia, seu território e sua cultura.” (Quienes..., s/d).

A sensação de “vítima do país”, nutrindo a crença de que se é alvo dos tipos de opressão que Markusen (1981) situa na base dos movimentos regionalistas, incidiu especialmente em Tarija quando as lutas envolvendo a exploração e exportação de gás – capitaneadas pelos movimentos sociais do Altiplano – ameaçaram os planos de desenvolvimento acalentados pelas lideranças locais. Como assinalam Vacaflores R. e Lizárraga A. (2005), ao longo de décadas enraizou-se no imaginário local a idéia de que Tarija era reiteradamente desconsiderada nas iniciativas governamentais de promoção do desenvolvimento, geralmente mais focadas no eixo La Paz–Cochabamba–Santa Cruz. Essa percepção de abandono, descaso que em diferentes países é apontado (mais ou menos justificadamente) entre as razões dos problemas socioeconômicos regionais e das reações políticas locais ao quadro de dificuldades (Mandel, 1963, por exemplo), teria modelado um “regionalismo tarijeno” que se manifestou fortemente na mobilização a respeito do gás – cerca de 80% das reservas de gás descobertas na Bolívia encontram-se nesse departamento. Assim, de algum modo, Tarija permitiria subscrever a postulação de Roger (1979), de que as lutas regionais devem ser necessariamente vistas em relação com o perfil territorial das forças produtivas e com as mudanças em tal perfil.

Entretanto, assim como ocorreu em Santa Cruz, procurou-se construir (e divulgar) em Tarija o ideário de uma forte coesão interna em torno do objetivo de impulsionar o desenvolvimento com base nos recursos naturais. Esse processo, cuja ponta de lança eram as elites políticas e empresariais e cujo instrumento básico eram os Comitês Cívicos, implicou carimbar a Bolívia andina – quer dizer, em primeiro lugar os movimentos sociais do Altiplano, e, de uma forma geral, os “colla” – com o rótulo de adversária (quicá inimiga) da região. A figura das “duas Bolívias” – uma próspera e moderna no oriente *versus* uma outra decadente e tradicional no ocidente – e a da “meia lua” têm papel de realce nessa estratégia, representando o deslocamento dos embates para o plano das relações inter-regionais, dessa forma evitando (ou tentando evitar) o tema das disputas internas, inscrito no terreno da luta de classes, sobre o excedente gerado localmente.

O discurso que vocaliza essa “construção”, pretendendo ser (ou ao menos assim parecer) “representativo de suas regiões e totalmente legítimo (...)” (Vacaflores R.; Lizárraga A., 2005:25), joga com duas cartas principais. Uma é a da identidade – estratégica para “produzir” o grupo, “impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade” (Bourdieu, 2002:117) –, exaltando a “nação camba” e, por contraste, apequenando os “colla”. A outra é a da performance econômica, como observado nas palavras do presidente do Comitê Cívico de Santa Cruz, de que “há mais de quarenta anos carregamos nas costas a economia da Bolívia” (Oposição..., 2006e:A13), um tipo de manifestação

³ “Camba” designava originalmente atores sociais do leste boliviano como indígenas, trabalhadores rurais e camponeses. Com o tempo, passou a indicar identidade regional, sendo agora de uso generalizado. A sua contraparte é “colla”, aplicada para indígenas andinos, inclusive para os que migraram do Altiplano para o oriente, a maioria pobre, habitando as periferias urbanas de Santa Cruz e trabalhando para patrões “camba” em atividades de baixa remuneração (cf. Serrate, 2005).

que faz recordar a análise de Antonio Gramsci sobre as relações regionais na Itália, entre o Sul rural e empobrecido e o Norte industrializado e rico: a propaganda burguesa difundida entre a população do Norte só fazia repetir, entre outras coisas, que “o Sul é a bola de chumbo que impede progressos mais rápidos no desenvolvimento (...) da Itália (...)” (Gramsci, 1987: 39).

Ora, não é verdade que inexitem conflitos internos, seja nos departamentos orientais ou nos ocidentais. As profundas desigualdades sociais historicamente existentes na Bolívia deveriam bastar para dissipar quaisquer ilusões sobre o assunto e fazer ruir esse ângulo do discurso das elites da “meia lua”. A rigor, segundo Vacafleres R. e Lizárraga A. (*op. cit.*), a consciência dos excluídos dos frutos do progresso econômico nesses departamentos só faz crescer. Isso encorpa os embates com a classe dominante local, principalmente via questionamento das iniciativas de instituições como os Comitês Cívicos e, da mesma forma, pela avaliação crítica, por exemplo, da utilização das receitas geradas pela exploração dos recursos naturais. Mobilizações e choques não estão ausentes desses antagonismos em nível departamental, nos quais marca igualmente presença a manifestação de um “nacionalismo popular” que se contrapõe à orientação pró-mercado dos estratos dominantes locais.

Num certo sentido, portanto, tais departamentos não deixam de se apresentar como microcosmos da totalidade do panorama boliviano. “No nível regional os conflitos disputam o controle sobre o excedente, e através de seus conceitos questionam o modelo de desenvolvimento, coincidentemente com os movimentos sociais em nível nacional” (*op. cit.*:31). Com efeito, nas últimas décadas assistiu-se no leste (particularmente em Santa Cruz) “à emergência de uma elite indígena à frente das municipalidades (...). Esses poderes locais são tão contrários à hegemonia da sua capital regional (...) quanto esta é contrária a La Paz. E [quase] todos os comerciantes, os transmissores de opinião, são aymaras vindos do Altiplano.” (Lipietz, 2005: s/p).

Há conflitos de interesses mesmo entre indígenas, pois grupos da planície amazônica reclamam da vinda de camponeses *aymaras* do Altiplano para ocupar as terras baixas (Lipietz, 2006). É sugestivo a esse respeito que, no turbilhão dos eventos dos últimos meses, “representantes das três principais etnias indígenas dos departamentos (...) [orientais tenham divulgado] uma nota pedindo a separação do país. Para os indígenas guarayos, guaranis e chiquitanos, ‘chegou o momento de se levar adiante o processo de separação da Bolívia andina para dar lugar ao nascimento de uma pátria nova’” (Agricultores..., 2006:A20).

De toda maneira, é fato que a dimensão territorial possui grande destaque no cenário de lutas do país, reiterando a tese de que “a questão regional constitui uma constante na vida institucional da Bolívia” (Dunkerley, 2005:14). Sendo assim, divisar os vetores do regionalismo no leste de um país onde, hoje como historicamente, esse tipo de movimento conforma um aspecto de realce da vida cotidiana, é empreitada que merece o esforço da tentativa.

5. Vetores do regionalismo no Leste da Bolívia

O terreno para se perscrutar a temática do regionalismo boliviano atual não pode ser outro senão o histórico: a “finalidade da história, sua motivação profunda, não é a explicação da contemporaneidade?” (Braudel, 1998a:575). Tendo em vista que a questão específica é o regionalismo, essa história há de se entremear com a geografia. Isso impõe o campo da geohistória, ou, como assinala Wallerstein (1991) para a análise do capitalismo histórico, a temática das “realidades temporal-espaciais” [*timespace realities*]. Para o que interessa ao artigo, essa história refere-se, antes de tudo, a país incrustado em imenso território que durante séculos pertenceu ao

Império Espanhol e que conquistou a independência nas primeiras décadas do século XIX após encarniçadas disputas. Tem igualmente a ver com percurso republicano marcado por evidente herança colonial, parecendo conter distintas histórias regionais nem sempre bem articuladas entre si, algo intimamente ligado, entre outras coisas, às formas assumidas pela ocupação, com suas lógicas, às dificuldades impostas pelo meio físico, às ações (ou a sua falta) dos governos centrais e às trajetórias das diferentes estruturas produtivas territorializadas.

A seguinte frase de Mariátegui (1979:11) sintetiza a motivação espanhola essencial no povoamento das terras americanas, sugere o impacto disso sobre as bases anteriores e encaminha o entendimento do perfil socioespacial resultante: “[a] mineração – atividade fundamental do regime econômico implantado pela Espanha em território sobre o qual prosperou antes uma sociedade genuína e tipicamente agrária – exigiu que se estabelecessem na serra as bases da Colônia.” Essa “sociedade genuína e tipicamente agrária” refere-se à incaica, cujo império amargou irrevogável derrota para a coroa espanhola no bojo da expansão territorial exibida pela economia-mundo europeia no século XVI (Wallerstein, 1999). E a mineração dizia respeito, tanto na atual Bolívia como em outras partes da América hispânica (México, principalmente), sobretudo à prata, crucial para sustentar as compras espanholas no Extremo-Oriente e para bancar as guerras do império (enriquecendo por meio disso os banqueiros genoveses). É assim que, em 1545, funda-se Potosí, no dizer de Braudel (1998b:167) “a mais estranha das cidades (...), a 4 mil metros de altitude, no planalto dos Andes, colossal acampamento de mineiros (...)”, com crescimento da população nas décadas seguintes nada menos que excepcional (Encyclopedia..., 1963). O significado dessa cidade é engrandecido na eloqüência de Galeano (1978:34), quando este diz que naquele período a América era “uma boca de mina centrada, sobretudo, em Potosí”, condição ostentada praticamente até o seu declínio, no século XVIII. Não é à toa que em 1550 um Vice-Reino foi instalado na região, com sede em Lima (outrora *Ciudad de los Reyes*), cidade fundada em 1535 por espanhóis.

Esse tipo de origem marcaria toda a vida colonial dessa porção da América do Sul. Por conseguinte, modelaria o seu território, pois eram as necessidades do setor mineiro que organizavam espacialmente a região. De fato, a atividade mineira mobilizava a produção de alimentos e ativava fluxos comerciais que se desdobravam sobre espaços mais ou menos próximos às minas, as redes de vínculos do período incaico sendo plenamente utilizadas nesse processo. Era a região andina, portanto, que aparecia realmente implicada: apesar das evidências de que Potosí era nutrida por um “vasto sistema regional do qual participavam centros como Quito, Assunção, Tucumán, Buenos Aires e outros (...)” (Mitre, 1985:131), foi em torno do eixo Potosí-Lima, quer dizer, no Altiplano e nos vales, que o território se desenvolveu (Transformaciones..., 2003). O alastramento da ocupação refletiu as urgências administrativas e políticas do Estado espanhol e geralmente se subordinou aos interesses do setor minerador, sem alterar substancialmente o padrão espacial de “uma série de pequenos e médios centros urbanos e mineiros em áreas de grandes alturas (...)” (García; Cordero; Izquierdo, 1987:242). Pode-se dizer que, no essencial, esse padrão foi conservado após a independência, ocorrida em 1825.

As relações do oriente boliviano com esse mundo andino-mineiro mostraram-se quase sempre rarefeitas. A ocupação da área pelos espanhóis remonta às expedições do início do século XVI, motivadas pela busca de metais preciosos e realizadas a partir da exploração do Rio Paraná⁴. Fundada em 1561, Santa Cruz de la Sierra erigiu-se em centro de apoio colonial às iniciativas enfeixadas nessa busca, além de suporte às atividades militares destinadas a conter o avanço português. O século XVII seria marcado por séries de expedições visando à conquista de terras aos índios, à conversão dos nativos ao catolicismo e à sua utilização como mão-de-obra agrícola.

⁴ Essas notas sobre a história do oriente boliviano baseiam-se em Mosquera (2003).

Missões jesuíticas foram iniciadas no final desse século e se cristalizaram em instalações cujas atividades tiveram grande destaque até meados do século XVIII, quando declinaram dramaticamente. Essa história regional, que em muitos sentidos não é senão um aspecto da evolução do capitalismo mundial – tanto quanto a da Bolívia andino-mineira –, cruzou-se pouco, ao que parece, com a história da Bolívia ocidental. As distâncias e as dificuldades de comunicação impostas pelas condições de transporte, somadas ao peso avassalador da economia mineira na estrutura social e produtiva do país, com o poder nacional revelando-se persistentemente concentrado nas mãos da oligarquia mineira, encontram-se entre as principais razões.

Por extensão, essas razões figuram na base da débil coesão interna da Bolívia, um país desde sempre reconhecido como escassamente unificado. Assinale-se que as carências nas comunicações prolongaram-se depois da independência, atravessaram o século XIX e permaneceram até meados do século XX, figurando no centro de movimentos regionais em Santa Cruz na virada para o século XX e nas primeiras décadas deste. O contexto desses movimentos incluía os obstáculos enfrentados pelos produtores locais para alcançar mercados na região andina, determinando uma situação agravada pela concorrência estrangeira, que se intensificou com a política liberalizante do governo central instituída para favorecer o setor minerador. Frente a essa situação, grupos do oriente boliviano multiplicaram as reivindicações por infra-estrutura (estrada de ferro), o que se traduziu em *comités pro-ferrocarril* e resultou na inclusão de *luchas por el ferrocarril* em programas de partidos políticos (Ostria, 1987).

Assim, ao mesmo tempo em que a independência arrancada da Espanha criava um Estado autônomo, circunscrevendo o Alto Peru com fronteiras nacionais, na prática o caráter fortemente centralizado dos sucessivos governos nacionais era reiteradamente confrontado por uma difícil unidade nacional (Dozer, 1966). Sinônimo de grande instabilidade política, esse problema perpassou o período de dominação caudilhesca, no século XIX, e adentrou amplamente o século XX. Vale conjecturar, de todo modo, que esse traço da vida boliviana tenha perdido um pouco da sua nitidez no período da Guerra do Pacífico (contra o Chile, entre 1879 e 1883) e, possivelmente com mais força (a se acreditar em Rivarola, 1952), durante a Guerra do Chaco (travada entre 1932 e 1935 contra o Paraguai), dois conflitos em que a Bolívia perdeu partes importantes do seu território (como também ocorreu em relação ao Acre, perdido para o Brasil em 1903) e que certamente avivaram, ao menos temporariamente, o sentimento nacional na população como um todo.

No início da segunda metade do século XX a mineração, agora implicando principalmente o estanho (tornado o maior responsável pelas receitas de exportação bolivianas), seguia perfilando-se como fonte essencial da riqueza do país. Todavia o oriente não mais padecia da condição de protagonista secundário. O problema das comunicações fora enfrentado com a construção da rodovia Cochabamba–Santa Cruz, concluída em 1954. Resultado: “pela primeira vez na história boliviana as terras agriculturáveis potencialmente produtoras de excedentes nas terras baixas foram conectadas com os centros populacionais do Altiplano por transporte motorizado durante todo o ano.” (Encyclopedia..., 1963:879). Ao mesmo tempo, a reforma agrária introduzida a reboque da Revolução de 1952 – fruto da chegada ao poder do *Movimiento Nacionalista Revolucionário* (MNR), com programa de nacionalização das minas de estanho, reforma agrária e melhoria das condições gerais dos trabalhadores – estimulava migrações em massa desde o Altiplano para as terras baixas do oriente, onde os proprietários fundiários mantiveram as grandes dimensões de suas propriedades e, com auxílio inclusive estrangeiro (dos Estados Unidos), além da simpatia dos governos militares posteriores à queda do MNR, desenvolveram uma agricultura comercial de grande escala (Gill, 1985).

Assim, se durante a primeira metade daquele século o crescimento de Santa Cruz foi ínfimo, nas últimas décadas a trajetória percorrida mostrou-se nada menos que notável. As atividades vinculadas aos hidrocarbonetos, desenvolvidas em grande medida por empresas transnacionais cujos interesses praticamente se confundem com os proveitos defendidos pelas elites econômicas regionais, e tornadas fontes de importantes receitas para os departamentos diretamente envolvidos (Santa Cruz, Tarija), tonificaram ainda mais as estruturas econômicas da área e contribuíram decisivamente para o desempenho observado.

As atuais iniciativas em defesa da autonomia no oriente boliviano devem, assim, ser colocadas em perspectiva. Como assinala Serrate (2005), sua intensificação decorre da combinação entre a prolongada condição de “distanciamento” vis-à-vis aos principais processos políticos e econômicos nacionais e um crescimento econômico fortemente baseado em recursos regionais (condições de clima e de solo e subsolo, substratos da agroindústria e do binômio petróleo-gás), com pano de fundo de tênues interações com o resto do país. A forte presença de capitais estrangeiros nos setores-chaves certamente contribuiu para isso, mostrando-se a Bolívia, nesse aspecto, como ilustração de uma das características da América Latina no século XX: a presença do capital transnacional freqüentemente rimou com desintegração nacional, social e espacialmente falando (Sunkel, 1973).

Adicionando-se a esse quadro os elementos relativos às particularidades culturais e à força adquirida por uma “elite de padrões” (Serrate, *op. cit.*), muitos deles grandes proprietários com vínculos internacionais de diferentes naturezas, tem-se como resultado um arraigado sentido de defesa e busca de autonomia econômica e política, conformando tendência que Pittari (1989) provavelmente incluiria no “novo regionalismo” detectado no país nas últimas décadas. O fortalecimento do setor de hidrocarbonetos desempenhou um importante papel nesse processo, pois com a expansão das atividades ligadas ao petróleo e com o *boom* do gás, o poder econômico e político local obteve um novo e vigoroso impulso. O ambiente dessa mistura de fatores funcionou como cadinho para ebulições autonomistas quando os movimentos sociais do Altiplano foram às ruas e deflagraram violentas manifestações pela nacionalização efetiva do setor de hidrocarbonetos, durante a *guerra do gás*, e quando o governo de Evo Morales implementou medidas (reforma agrária, interferência na forma de votação na Assembléia Constituinte) avaliadas como ameaçadoras aos interesses econômicos regionais.

Mas também o histórico de frustrações acerca da descentralização administrativa e política em escala de país não é estranho ao fervilhar autonomista atual. Segundo Roca (2005), o século XX registrou pelo menos duas importantes tentativas nesse sentido: uma em 1931, quando um referendo encaminhou reforma constitucional prevendo tal descentralização, depois suprimida (em 1938) pelo Presidente da República recém-eleito; a outra em 1993, com a Lei de Descentralização, cujo conteúdo acabou desvirtuado pela Lei de Participação Popular, que prevê a transferência de fundos nacionais para os municípios, mas sem outorgar-lhes efetivas funções governamentais. Esta foi acompanhada pela Lei de Descentralização Administrativa, atribuindo o poder executivo departamental a *Prefectos* (nomeados e demitidos só pelo Presidente, algo depois alterado com a introdução de eleições departamentais) e a *Consejos Departamentales*. Tudo isso não deixou de ter conseqüências.

“O reiterado e secular escamoteio da descentralização teve seu trágico desenlace em outubro de 2003, quando se abriram as portas de uma nova era política no país. A partir de então, as posições se tornaram mais radicais com a demanda, originada em Santa Cruz, de um regime departamental autônomo, o qual é visto com desconfiança no resto do país. Isso, por sua vez, desencadeou uma reedição da pugna regional, agora polarizada entre Santa Cruz, cabeça do

Oriente, e La Paz (...), hoje convertida em cidade insígnia da macrorregião andina já conhecida como ‘Ocidente’.” (Roca, *op. cit.*:274)

Considerações Finais

Como outros países sul-americanos, a Bolívia registrou recentemente excitação política com inegáveis ingredientes étnicos e um destacado protagonismo de forças “nacional-populares”. O sucesso eleitoral do *cocalero aymara* Evo Morales é indissociável dessa escalada, ela própria incompreensível sem referência à crise das tradicionais representações partidárias e aos desdobramentos das reformas neoliberais dos anos 80 e 90. Embalado por vaga contestatória, o novo governo adotou medidas de intensa repercussão, sobressaindo a nacionalização dos setores de petróleo e gás e a reforma agrária, além das ações relativas ao funcionamento da instalada Assembléia Constituinte. Em país onde a débil coesão socioespacial retrata as dificuldades impostas por configurações econômicas e políticas sempre desafiadoras à uniformização das aspirações e iniciativas em nível nacional, além de refletir o peso de interesses externos seduzidos pelos recursos naturais, essas medidas desencadearam ou acentuaram embates com proeminente dimensão territorial.

O atual surto de clamores autonomistas no leste boliviano repousa nessa complexa coexistência de fatores, espelhando a percepção (e nutrindo o discurso) das lideranças político-empresariais sobre o que lhes pode reservar um governo comprometido com os movimentos sociais do Altiplano, profundamente questionadores da modernização neoliberal. Assim, essas reivindicações de autonomia podem ser interpretadas como respostas à ascensão de um indigenismo andino – impondo demandas e tentando fazer valer direitos – que Quijano (1992:76) haveria de associar ao que vê como “processo de reoriginalização da América, com (...) implicações sobre o poder, a sociedade e a cultura.” Ao mesmo tempo, as exigências ressoam o estreitamento dos vínculos entre instâncias regionais e a economia mundial, na esteira da grande afluência de investimentos externos para o setor de hidrocarbonetos e da descoberta de imensas reservas de gás, um processo em que “as fronteiras entre Estado e mercado e entre o central e o local no interior do Estado [sofreram mudanças, representando base sobre a qual] se começou a reconfigurar a geografia nacional, e novas regiões (...) adquiriram importância estratégica no desenvolvimento nacional” (Transformaciones..., 2003:11). Essa nova condição do oriente boliviano evidentemente encorajou e tonificou os movimentos conduzidos pelas lideranças regionais na áspera interlocução com o governo Morales e na polarização com os movimentos sociais altiplânicos.

Sugestivo sobre a história e a situação atual da América Latina, o cenário boliviano reproduz um tipo de embate, ou de choque, que a rigor pontua o capitalismo histórico: entre forças que defendem a integração sem atenuantes ao processo de acumulação em nível mundial, de uma parte, e, de outra, forças de preservação da identidade e de interesses local-nacionais.

Referências

- A CROP that refuses to die. *The Economist*, p. 23-25, Mar. 4th 2000.
 AGRICULTORES tomam como refém governador de La Paz. *Folha de S. Paulo*, p. A20, 7 dez. 2006.
 AMENAZAN separatistas al gobierno de Bolivia con autonomía de facto. *La Jornada*, México, 16 Dic. 2006. Disponível em <www.jornada.unam.mx/> Acesso: dez. 2006.
 AN EXAMPLE in the Andes. *The Economist*, p. 29-30, Aug. 9th 1997.
 BADER, C.; RODRIGO, J-M. L’avenir en noir et blanc de la Bolivie. *Le Monde Diplomatique*, p. 22-23, Mars 1994.

- BAJAK, F. Latin America takes leftward swing. *Washington Post*, Dec. 4, 2006. Disponível em <www.washingtonpost.com> Acesso: dez. 2006.
- BOLIVIA goes to war against coca. *The Economist*, p. 43-44, Sep. 19th 1998.
- BOLIVIA: un millón de personas en manifestación por autonomía. *Foroperu*, 19 Dic. 2006. Disponível em <www.foroperu.com/> Acesso: Dec. 2006.
- BOURDIEU, P. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: *O poder simbólico*. 5^a ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 107-132.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. 2^a ed. V. 3 – O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1998a.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. 2^a ed. V. 2 – Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1998b.
- BURGOS, E. Bolivia o la pasión nacional. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, n. 5, Jan. 2005. Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/document35.html>. Acesso: nov. 2006.
- CHÁVEZ, W. Effervescence populaire en Bolivie. *Le Monde Diplomatique*, p. 11, Mars 2005.
- CONTINENT of the left. *The Guardian*, Dec. 4, 2006. Disponível em <www.guardian.co.uk> Acesso: dez. 2006.
- CUNHA, A. M. *Economia boliviana: estrutura interna e inserção internacional*. Porto Alegre: UFRGS/NERINT-ILEA, dez. 2003. (mimeo.)
- DÁVILA, S. Morales “desperta” Casa Branca para a América Latina. *Folha de S. Paulo*, p. A29, 7 maio 2006.
- DOZER, D. M. *América Latina: uma perspectiva histórica*. Porto Alegre: Editora Globo; Editora da Universidade de São Paulo, 1966.
- DUNAWAY, W.A. Ethnic conflict in the modern World-System: the dialectics of counter-hegemonic resistance in an age of transition. *Journal of World-Systems Research*, 9(1), p. 3-34, 2003.
- DUNKERLEY, J. Prólogo. In: BARRAGÁN, R.; ROCA, J. L. Regiones y poder constituyente en Bolivia: una historia de pactos y disputas. *Cuaderno de Futuro*, La Paz, n. 21, p. 11-15, Nov. 2005.
- ENCYCLOPEDIA Britannica. v. 3. Chicago: William Benton, 1963. Bolivia, p. 874-886.
- ESTADÍSTICAS Departamentales/Boletines Departamentales. Instituto Nacional de Estadística. La Paz, 2006. Disp.: www.ine.gov.bo/cgi-bin/Depto_2004.exe/act Aces.: dez. 2006.
- GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GALEANO, E. A segunda fundação da Bolívia. *Folha de S. Paulo*, p. A24, 29 jun. 2006.
- GARAY, M. V. La ciencia política en Bolivia: entre la reforma política y la crisis de la democracia. *Revista de Ciencia Política*, La Paz, v. 25, n. 1, p. 92-100, 2005.
- GARCÍA, R.; CORDERO, F.; IZQUIERDO, A. *Economía y geografía del desarrollo en América Latina*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- GILL, L. La reforma agraria y el desarrollo del capitalismo en Santa Cruz, Bolivia (1952-1980). *Historia Boliviana*, Cochabamba, v. 1-2, p. 67-85, 1985.
- GOTT, R. Latin America is preparing to settle accounts with its white settler elite. *The Guardian*, Nov. 15, 2006.
- GOULD, J. E. Plan for South American pipeline has ambitions beyond gas. *The New York Times*, Dec. 2, 2006. Disponível em <www.nytimes.com> Acesso: dez. 2006.
- GOVERNADORES da oposição rompem com governo Evo. *Folha de S. Paulo*, p. A12, 20 nov. 2006.
- GOVERNO ameaça a oposição com “levante”. *Folha de S. Paulo*, p. A14, 17 nov. 2006.
- GRAMSCI, A. Alguns temas da questão meridional. In: *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 135-165.
- HABEL, J. Nouvelle architecture militaire dans les Amériques. *Le Monde Diplomatique*, p. 18-19, Jan. 2002.
- HUMAN Development Report 2005. Disponível: <www.hdr.undp.org/reports/gloval/2005> Acesso: dez. 2006.
- HYLTON, F.; THOMSON, S. The roots of rebellion. *NACLA Report on the Americas*, v. 38, n. 3, Nov.-Dec. 2004.
- INCA nation. *The Economist*, p. 34-36, Oct. 28th 2000.
- ÍNDICE de Desarrollo Humano en los Municipios de Bolívia/PNUD. La Paz, Mar. 2004
- LEMOINE, M. Coca répression chez les payans boliviens. *Le Monde Diplomatique*, p. 22-23, Oct. 1995a.
- LEMOINE, M. Reformes sous état de siège. *Le Monde Diplomatique*, p. 22, Oct. 1995b.
- LEMOINE, M. Cltures illicites, narcotrafic, et guerre en Colombie. *Le Monde Diplomatique*, p. 18-19, Jan. 2001.
- LEMOINE, M. Puissant et fragmenté, le mouvement social bolivien. *Le Monde Diplomatique*, p. 14-15, Nov. 2005.
- LEMOINE, M. Nationalisations en Amérique Latine. *Le Monde Diplomatique*, 18 Mai 2006. Obtido em <www.monde-diplomatique.fr> Acesso: maio 2006
- LIKE Peru? *The Economist*, p. 40, Sep. 30th 2000.
- LIPIETZ, A. La Bolivie entre Kollasuyu et Bolivarisme. *Politis*, n. 783, 8 jan. 2004.
- LIPIETZ, A. *Un peuple en greve contre lui-même*. 15 sep. 2005. Disp.: lipietz.net Aces.: nov. 2006.
- LIPIETZ, A. L'Amérique du sud au carrefour. *Mouvements*, n. 47-48, aut. 2006.

- LOCAL misrule. *The Economist*, p. 30-31, July 31st 1999.
- MAISONNAVE, F. Feira de negócios boliviana é palanque anti-Morales. *Folha de S. Paulo*, p. B8, 25 set. 2006a.
- MAISONNAVE, F. Oposição e governistas se agridem na Bolívia. *Folha de S. Paulo*, p. A15, 16 dez. 2006b.
- MAISONNAVE, F. Sojicultores brasileiros não serão atingidos. *Folha de S. Paulo*, p. A14, 30 nov. 2006c.
- MAISONNAVE, F. Morales propõe justiça indígena independente. *Folha de S. Paulo*, p. A11, 4 jan. 2007.
- MANDEL, E. The dialectic of class and region in Belgium. *New Left Review*, n. 20, p. 5-31, 1963.
- MARKUSEN, A. R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. *Espaço & Debates*, ano 1, n. 2, p. 61-99, maio 1981.
- MARIÁTEGUI, J. C. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Ayacucho, 1979.
- MIGNOLO, W. D. Evo Morales em Bolívia. *Revista del Sur*, n. 164, Mar./Abr. 2006. Disponível em <www.redtercermundo.org.uy> Acesso: out. 2006.
- MITRE, A. Espaço regional andino e política no século XIX. In: SORJ, B.; CARDOSO, F. H.; FONT, M. (orgs.). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 131-144.
- MORALES propõe agilizar destituição de governos. *Folha de S. Paulo*, p. A13, 21 nov. 2006a.
- MORALES dribla oposição e promulga nova lei agrária. *Folha de S. Paulo*, p. A14, 30 nov. 2006b.
- MORTOS em choques na Bolívia sobem a 16. *Folha de S. Paulo*, p. A18, 7 out. 2006.
- MOSQUERA, G. P. *La Nación Camba: fundamentos y desafíos*. Santa Cruz de la Sierra: s/e, 2003.
- MUELLER, A. Evo Morales: the cuddly crusader. *The Independent*, May 7, 2006. Obtido em <www.independent.co.uk> Acesso: dez. 2006.
- ODELL, P. R. Regional imbalance in economic development. In: ODELL, P. R.; PRESTON, D. A. *Economies and societies in Latin America: a geographical interpretation*. 2ª ed. Chichester: John Wiley&Sons, 1978, p. 171-217.
- OPOSIÇÃO pára região mais rica da Bolívia. *Folha de S. Paulo*, p. A13, 9 set. 2006e.
- OPOSIÇÃO promove “golpe”, diz Morales. *Folha de S. Paulo*, A22, 23, nov. 2006a.
- OPOSIÇÃO aumenta pressão na Bolívia. *Folha de S. Paulo*, A20, 25 nov. 2006b.
- OPOSIÇÃO lança ultimato e procura recuo de Morales. *Folha de S. Paulo*, p. A13, 28 nov. 2006c.
- OPOSIÇÃO boliviana ameaça declarar independência. *Folha de S. Paulo*, p. A17, 12 dez. 2006d.
- OSTRIA, G. R. Mercado interior y conflictos regionales: Santa Cruz, 1891-1952. *Historia Boliviana*, v. VII, n. 1-2, p. 69-84, 1987.
- PARANAGUA, P. Amérique Latine. La bascule à gauche. *Le Monde*, 14 Avril 2006. Obtido em <www.lemonde.fr> Acesso: dez. 2006.
- PATIENCE runs out in Bolivia. *The Economist*, p. 29-30, Apr. 21st 2001.
- PETROBRAS cede na Bolívia para manter rentabilidade. *Folha de S. Paulo*, p. A6, 30 out. 2006.
- PINTO, W. R. *Pueblos indígenas de Bolivia*. Disp.: www.amazonia.bo/pueblos.php Aces.: dez. 2006.
- PITTARI, S. R. *El nuevo regionalismo*. Instituto de Investigaciones Sócio Econômicas. Documento de Trabajo n. 02/89, Feb. 1989.
- PRESTON, D. A. Land reform and colonization. In: ODELL, P. R.; PRESTON, D. A. *Economies and societies in Latin América: a geographical interpretation*. 2ª ed. Chichester: John Wiley&Sons, 1978, p. 81-108.
- QUIENES somos? *Nación Camba*, s/l, s/e, s/d. Disp.:www.nacioncamba.net Aces.: set. 2006.
- QUIJANO, A. Notas sobre a questão da identidade e nação no Peru. *Estudios Avanzados*, 6(16), p. 73-80, 1992.
- RICHES for poverty. *The Economist*, p. 40, Oct. 17th 1998.
- RIVAROLA, V. *Memorias diplomaticas: el Paraguay en el litigio de límites con Bolivia*. Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1952.
- ROCA, J. L. Estatalidad: entre la pugna regional y el institucionalismo. In: BARRAGÁN, R.; ROCA, J. L. Regiones y poder constituyente en Bolivia: una historia de pactos y disputas. *Cuaderno de Futuro*, La Paz, n. 21, p. 17-274, Nov. 2005.
- ROGER, J-L. Régions, luttes de classes, profil des forces productives. *La Pensée*, n. 207, p. 44-55, Sep.-Oct. 1979.
- ROMERO, S.; FORERO, J. Bolivia's energy takeover: populism rules in the Andes. *The New York Times*, May 3, 2006. Obtido em <www.nytimes.com/2006> Acesso: maio 2006.
- SERRATE, S. Bolivia: los desvelos de las elites. *A-Infos*, 1 feb. 2005. Disp.: www.ainfos.ca Aces.: nov. 2006.
- SLATER, D. El Estado y la cuestión regional en América Latina: notas para una perspectiva marxista. *Revista Interamericana de Planificación*, Bogotá, v. XVII, n. 66, p. 20-43, Jun. 1983.
- STEFANONI, P. MAS-IPSP: la emergencia del nacionalismo plebeyo. *OSAL*, n.12, p.57-68, 2003.
- SUNKEL, O. Transnational capitalism and national desintegration in Latin América. *Social and Economic Studies*, n. 22, p. 132-176, 1973.
- TENSÃO cresce na Bolívia; Exército vê risco de embate. *Folha de S. Paulo*, p. A15, 6 dez. 2006.
- TO the barricades. *The Economist*, p. 32, Apr. 15th 2000.
- TRANSFORMACIONES regionales en Bolívia/PNUD. La Paz, Dic. 2003.

- USBORNE, D. The big question: should we be worried by the rise of the populist left in South America? *The Independent*, May 4, 2006. Abtido em <www.independent.co.uk> Acesso: dez. 2006.
- VACAFLORES R., C.; LIZÁRRAGA A., P. La lucha por el excedente del gas y la resignificación de las contradicciones de la identidad regional en Bolivia. *OSAL*, n. 17, p. 21-31, 2005.
- WALLERSTEIN, I. *El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. 9ª ed. México D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 1999.
- WALLERSTEIN, I. The inventions of timespace realities: towards an understanding of our historical systems. In: *Unthinking social science: the limits of Nineteenth-Century paradigms*. Cambridge: Polity Press, 1991, p. 135-148.
- WATER war in Bolivia. *The Economist*, p. 35, Feb. 12th 2000.
- WEEKS, J. The contemporary Latin American economies: neoliberal reconstruction. In: HALEBSKY, S.; HARRIS, R. L. (eds.). *Capital, power and inequality in Latin America*. Boulder: Westview Press, 1995, p. 109-135.
- WORLD Development Indicators–2006/TWB. Disponível em <www.devdata.worldbank.org> Acesso: dez.2006.
- ZAVALETA MERCADO, R. *Lo nacional-popular en Bolivia*. México: Siglo Veintiuno, 1986.

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Nº 01/07 - MATTEI, Lauro Francisco e VENTURI, Aline Zeli.
Evolução do Emprego Formal em Santa Catarina.

Nº 02/07 - LINS, Hoyêdo Nunes. *Geometrias do Embate Social na Bolívia do Século XXI.*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Campus Universitário - Trindade
CEP 88.049-970 - Florianópolis - Santa Catarina
Tel.: (48) 3721.9458 - Fax (48) 3721.9776